



MINUTA DE MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO DE AUMENTO DE GARANTIA CONTRATUAL

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Itapipoca/CE Pregão Eletrônico nº 25.01.10-PE – Registro de Preços Processo Administrativo nº 00006.20250610/0001-84

A empresa **CMC OLIVEIRA BARROSO EPP**, inscrita no CNPJ nº 24.379.211/0001-45, com sede na Rua Osvaldo Cruz, nº 685, Bairro Cruzeiro, Itapipoca/CE, neste ato representada por seu responsável legal, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar a presente

MANIFESTAÇÃO CONTRÁRIA AO PEDIDO DE AUMENTO DE GARANTIA CONTRATUAL

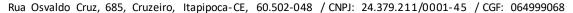
Em face do requerimento apresentado pela empresa **JMA Serviços e Licitações Ltda**, que solicita a fixação de garantia contratual de 5% (cinco por cento) no âmbito deste certame, pelos fundamentos a seguir expostos:

I. DA SITUAÇÃO

A empresa JMA requereu, nos autos do Pregão Eletrônico em epígrafe, que o edital seja retificado para exigir, de forma obrigatória, a prestação de **garantia contratual de 5%** sobre o valor do Grupo II, estimado em aproximadamente R\$ 9 milhões.

Tal exigência representaria, na prática, a necessidade de prestação de garantia no montante aproximado de **R\$ 450.000,00** (**quatrocentos e cinquenta mil reais**), o que ultrapassa a realidade econômico-financeira da grande maioria das micro e pequenas empresas participantes.













A Lei nº **14.133/2021** dispõe, em seu artigo 96, § 1º, que a Administração **poderá** exigir garantia contratual, limitada a 5% do valor inicial do contrato, sendo excepcional a elevação para até 10%, desde que justificada tecnicamente.

Trata-se, portanto, de uma **faculdade da Administração** e não de uma obrigação. Cabe ao edital avaliar a necessidade e a proporcionalidade da exigência, sob pena de violação aos princípios da **isonomia, competitividade e vantajosidade** (artigos 5°, 11 e 12 da Lei n° 14.133/2021).

O **Tribunal de Contas da União** (**TCU**), em reiteradas decisões, tem assentado que a exigência de garantias e obrigações adicionais deve observar **razoabilidade** e **proporcionalidade**, evitando criar barreiras indevidas ao caráter competitivo do certame.

III. DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

- O **Tribunal de Contas da União** (TCU) já se manifestou reiteradamente sobre a necessidade de observar os princípios da **razoabilidade e proporcionalidade** ao exigir garantias e obrigações adicionais, sob pena de restringir indevidamente a competitividade:
 - Acórdão nº 1.793/2011 Plenário
 Determinou que, quando houver exigência de
 garantias ou amostras, o edital deve prever critérios
 claros e objetivos para avaliação, sob pena de abrir
 margem para subjetividade e restrição à
 competitividade.
 - Acórdão nº 1.214/2013 Plenário
 Assentou que a exigência de obrigações
 desproporcionais, em especial quando vinculadas a
 itens de baixo valor dentro de lotes de alto vulto,
 compromete a isonomia e a ampla participação.
 - Acórdão nº 1.877/2014 Plenário Reconheceu que garantias e amostras só devemser exigidas quando tecnicamente justificadas, sendo vedada a imposição indiscriminada que crie custos desnecessários aos licitantes.
 - Súmula TCU nº 272

 "É vedada a exigência de documentos ou procedimentos de habilitação que imponhamcustos não necessários antes da celebração do contrato."



Rua Osvaldo Cruz, 685, Cruzeiro, Itapipoca-CE, 60.502-048 / CNPJ: 24.379.211/0001-45 / CGF: 064999068







Comércio & Serviços

No mesmo sentido, o TCU já decidiu que a Administração deve evitar exigências que afastem potenciais competidores ou criem barreiras artificiais ao caráter competitivo da licitação (Acórdão nº 2.949/2016 – Plenário).

Assim, é claro que a fixação de garantia contratual obrigatória em 5% sobre lotes milionários, sem justificativa técnica específica, configura ônus excessivo, restringindo a participação de micro e pequenas empresas, em contrariedade aos princípios da **isonomia**, competitividade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

IV. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- 1. O indeferimento integral do pedido formulado pela empresa JMA, mantendo-se as condições originais do edital quanto à garantia contratual, por já estarem em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
- 2. Que se registre nos autos que a exigência pretendida seria restritiva e desproporcional, comprometendo a competitividade e a isonomia do certame.

V. FECHO

Assim, pugna-se pelo indeferimento do pedido de alteração do edital formulado pela empresa JMA, preservando-se a lisura e a competitividade do procedimento licitatório.

Nestes termos, Pede deferimento.

Itapipoca/CE, 02 de outubro de 2025.

CMC OLIVEIRA BARROSO EPP

CNPJ: 24.379.211/0001-45

C M C OLIVEIRA

Assinado digitalmente por C M C OLIVEIRA

BARROSO:24379211000145

ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=CE, L=ITAPIPOCA, OU=

Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB 9211000145

BARROSO:2437 CN=C M C OLIVEIRA BARROSO:24379211000145 Razão: Eu sou o autor deste documento Localização: Data: 2025.10.02 10:30:20-03'00

Rua Osvaldo Cruz, 685, Cruzeiro, Itapipoca-CE, 60.502-048 / CNPJ: 24.379.211/0001-45 / CGF: 064999068



